



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012245-89.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**  
 Requerente: **José Maria Orlando**  
 Requerido: **HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Jose Maria Orlando propôs a presente demanda contra a ré Havan Lojas de Departamentos LTDA, pedindo, em síntese, a exibição do contrato nº 3349957000000.

A ré, em contestação de folhas 24/29, não contesta o pedido principal, somente insurge-se contra os honorários advocatícios e custas processuais.

Réplica de folhas 48/51.

Relatei. Decido.

A matéria é estritamente de direito, sendo desnecessária a produção de prova oral.

O memorial de folhas 15/16 comprova que o autor solicitou administrativamente a exibição do documento, o que denota, ante a inércia da ré em exibi-lo, o interesse e necessidade de ingresso no âmbito do Poder Judiciário.

Assim, tratando-se de documentação comum às partes, o réu é obrigado a exibi-la em juízo (Cf. Humberto Theodoro Júnior, “Código de Processo Civil Anotado”, 6ª Edição, Forense, pág. 167).

E, não havendo justo motivo a amparar a recusa, nos moldes do artigo 363 do Código de Processo Civil, remanesce a obrigação de exibir os documentos perseguidos (artigo 359), sendo possível a busca e apreensão ou a pena de confesso, esta última como regra de julgamento, não admitida à fixação de astreintes (Súmula nº 372 do S.T.J.) ou outro tipo de sanção.

Com efeito, tenho que a ré apresentou a documentação em seu poder, não cabendo à alegação, pelo autor, de que são ilegíveis (**confira folhas 41/44**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, julgo procedente o pedido do autor, resolvendo o mérito, o que faço com fundamento no artigo 296, I, do Código de Processo Civil.

Condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da causa, ante a boa atuação do patrono do autor, com atualização monetária a contar da distribuição da ação e juros de mora a contar da citação.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de junho de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**